

A todos os presentes, a essa casa e na representação do Senhor Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, Júlio Ricardo B. Linhares nossos profundos agradecimentos pelo convite.

Nosso discurso será estruturado inicialmente em breves comentários acerca das muitas opiniões já expressas nas seis audiências públicas realizadas, com o tema Educação e Federalismo - e com a pergunta Educação Básica: Responsabilidade do Governo Federal?

Numa segunda etapa darei ênfase à formação inicial e continuada dos educadores e por fim no fortalecimento de um regime de colaboração que promova avanços nas relações intramunicipais, intermunicipais e intergovernamentais.

Em primeira instância respondendo a pergunta do debate, afirmo que SIM é também do Governo Federal a capacidade de responder (responsabilidade) ao desafio da qualidade da Educação Básica.

Creio que o principal aspecto aqui é a redução das desigualdades sociais e regionais. O impacto da municipalização como proferido na última audiência tanto promoveu avanços como gerou resultados negativos. No entanto, creio que o efeito “reverso” de um dos processos gerados pelo modelo federativo, que diz respeito a municipalização, precisa incluir nas futuras tomadas de decisões, uma análise histórica das atuais demandas e das tentativas de “acertos”.

É evidente que quanto ao “equilíbrio” das decisões e posturas redistributiva e supletiva assumidas pela União será necessário um alinhamento com os municípios e estados. Uma justa revisão dos recursos. E vale ressaltar que será preciso, na minha opinião, fomentar a qualificação dos planos municipais de educação e planos estaduais de educação comungando com as metas nacionais.

Ainda que tenhamos esforços municipais e estaduais para a elaboração de tais planos, boa parte dos municípios assim como muitos estados brasileiros não construíram e/ou elaboraram, com o apoio técnico necessário, programas que além de explicitarem (e solucionarem) as demandas, desafios e avanços de cada região tenham um comunicabilidade entre eles.

Já sabemos o que não favoreceu a excelência no regime de colaboração entre os entes federados, portanto acredito também que é preciso centrar esforços para o fortalecimento intergovernamental utilizando inclusive as ferramentas atualmente existentes, como por exemplo o PAR (o Plano de Ações Articuladas), resignificando caminhos propositivos com resultados mais imediatos.

A questão de como fortalecer o regime de colaboração que promova bons resultados, perpassa por reformas importantes no que tange a democratização dos recursos públicos, no entanto, não será o suficiente para garantir um PACTO coletivo.

Um dos pontos desse processo tem fundamento nos “como” nos constituímos uma federação e no “como” promovemos efetivamente um regime de colaboração.

Tendo a concordar que a questão não passa pela centralização e ou descentralização da gerência da educação básica, mas a definição clara de papéis, de corresponsabilidades, de metas e propostas comuns e na promoção permanente de equipes constituídas por comitivas representativas, dos municípios, dos estados e da união.

Creio que as experiências do Mato Grosso, Rio Grande do Sul e do Ceará, seguem nos ensinando. Um dos pontos principais é a criação dos fóruns representativos e permanentes envolvendo os entes federados, as universidades, os conselhos, a UNDIME, as organizações sociais, empresariais, as escolas, os educadores e os pais. Caso queiramos que TODOS participem será preciso centrar esforços no que estou chamando de comissões intergovernamentais.

Como já discutido e previsto, no Brasil, o caminho dos Arranjos de Desenvolvimento Educacional, que a meu ver é promissor, prevê o fortalecimento dos territórios que além de “experenciar” a colaboração intra e intermunicipal poderá favorecer o fortalecimento da colaboração intergovernamental. É preciso criar inter espaços entre movimentos que são endógenos e exógenos.

Em nossa experiência de constituição de quase 15 anos de um arranjo educacional que nesse momento avança no sonho do consórcio intermunicipal de educação, seguimos aprendendo que não é possível enfrentar um dos maiores desafios da educação pública brasileira, que é a descontinuidade administrativa, e consequente frequente descontinuidade de programas e projetos educacionais relevantes, sem reconhecermos juntos que educação precisa seguir sendo prioridade, que “brigas dos egos partidários” impactam sobremaneira nos resultados da educação, que creio também interferem no regime de colaboração.

Quem se responsabiliza por decisões municipais, no final de uma eleição, de governantes que não lograram êxito e resolveram não cumprir os dias letivos, suspendendo merenda e transporte escolares demitindo todos os técnicos e professores contratados em outubro?

A cada 4 anos no Brasil, no ano das eleições municipais e estaduais há um rompimento e um “abalo sísmico” das ações da educação. Quem se responsabiliza por isso?

Urge estabelecer estratégias nacionais que promovam o engajamento dos pais e da sociedade na regulação das “coisas públicas” e que a União tenha, no seu papel também de regulador e fiscalizador junto a sociedade e os entes federados, uma ação efetiva nessas e em muitas outras situações de intercorrências e irregularidades.

Ponto dois é a questão da formação inicial e continuada. Ainda que os regimes de colaboração funcionem bem e ou que atribuamos mais responsabilidades estruturais a União, ainda teremos outros desafios a enfrentar para termos os resultados que sonhamos. Um deles estou chamando de reforma curricular na formação universitária no Brasil (em caráter de urgência) tanto nas universidades públicas quanto particulares. O problema da formação inicial dos professores não está somente nas universidades particulares.

Observamos um investimento significativo do governo federal em redirecionar o papel das universidades na formação inicial dos professores. No entanto, pesquisas recentes realizadas pela Fundação Carlos Chagas, evidenciam que a formação inicial (cursos de pedagogia) centram esforços em disciplinas relativas aos conhecimentos históricos e sociológicos da educação, direitos humanos e psicologia educacional. Ainda que esses conteúdos sejam relevantes, é intrigante observar que os conteúdos relativos ao *que* e *como* se ensina não está na maioria dos cursos de pedagogia do

Brasil. É preciso transformar o conteúdo em conteúdo ensinável para os professores. E somente 3% do currículo das licenciaturas é destinado às didáticas. Em outras palavras os professores se formam sem dominar o conhecimento didático das diferentes áreas.

Como diria na roça: Quem vai mexer nesse vespeiro? Enfrentar não somente a redefinição dos critérios e dos sistemas de avaliação dos cursos que formam professores, mas também será preciso de fato formar professores que conheçam as didáticas específicas.

Os 3 ou 4 anos de formação no curso de pedagogia, em sua maioria, no Brasil, não formam professores para atuarem na educação infantil e no ensino fundamental I. Colocamos como meta (relevante, diga-se de passagem) a formação superior para os professores (praticamente exterminamos os cursos de magistério) e há anos que saem pedagogos das universidades, mas não saem professores.

Ponto 3 é a formação continuada dos educadores que também, atualmente, é delegada às universidades. Creio que essa experiência poderá ser um indutor importante para a “reforma curricular” dos cursos de pedagogia e quiçá o papel das Universidades públicas comece a se configurar como interventivo nos resultados dos nossos estudantes, professores e escolas.

Ponto 4: É possível em uma região que os educadores e uma comunidade transformem para sempre a realidade da educação em seu município e território. Para que essa máxima consiga ser alcançada com resultados satisfatórios precisamos seguir investindo numa rede colaborativa, nos espaços escolares e municipais. O que significa um maior investimento na formação continuada dos coordenadores pedagógicos, diretores escolares, equipes técnicas, coordenadores estaduais de educação com a participação dos pais, se de fato desejamos que o regime de colaboração intra escolar e inter escolar aconteça. Além disso, é preciso que todas as organizações sociais que se propõem a contribuir com as redes municipais e ou estaduais, sigam fortalecendo os planos educacionais das redes educativas.

Tenho visto em alguns territórios brasileiros coordenadores pedagógicos e equipes técnicas assumirem como política pública municipal e ou estadual “programas” de formação continuada que são externos, distantes das necessidades de aprendizagem e de formação daquele contexto e que, portanto, não contribuem para a autonomia e interdependência.

Recentemente uma educadora durante um processo avaliativo afirmou: “Estou diante de um banquete e morrendo de fome”. O município no qual ela trabalha tem 19 programas e com baixos índices de desenvolvimento educacional.

Embora considere relevante todas as ajudas qualitativas que os educadores recebam oriundos de muitas fontes, é preciso garantir que as redes municipais e estaduais sejam autores e atores em todas as etapas. Que sejam sujeitos e não apenas transmissores e/ou leitores bem aplicados de “manuais de instruções”.

As escolas com os melhores IDEBs por esse Brasil a fora, que demonstraram bons resultados na continuidade, têm como característica uma rede escolar que segue garantido pluralidade nas tomadas de decisões e concentração de esforços, com metas “altas”, a serem alcançadas.

Vale ressaltar que as horas destinadas aos planejamentos pedagógicos precisam de mudanças radicais.

Para garantir o desenvolvimento profissional nos contextos escolares de trabalho, os coordenadores pedagógicos, os diretores escolares e os professores precisam mais do que um terço da jornada de trabalho dedicada aos encontros de ações complementares.

Todos os educadores brasileiros desejam ter 40 horas na escola, 20 horas na sala de aula e as outras 20 na escola, sendo estas últimas 20 horas dedicadas ao planejamento e registros reflexivos das práticas pedagógicas, atendimento aos pais, a participação colaborativa dos professores em seminários didáticos e avaliativos promovidos pela rede, aos estudos e monitoramentos dos resultados com redesenhos das necessidades dos apoios pedagógicos aos estudantes e as possibilidades de seguirem participando de outros espaços educativos, em outras escolas das redes que atuam.

Outro ponto importante é o investimento na ampliação do universo cultural dos educadores. Vale ressaltar que 20% da nossa população vive na zona rural e em muitos territórios praticamente sem nenhum acesso a novas oportunidades culturais (referindo-me tanto a livros, quanto a periódicos, filmes, músicas, internet, etc.).

É preciso...

- Reconhecimento da **aprendizagem** dos estudantes **como centro da prática profissional**.
- **Potencializar** a dimensão territorial intensificando a **cooperação horizontal entre os municípios**.
- **Avaliações institucionais como condição para o monitoramento** das aprendizagens.
- Compreensão do **contexto escolar como espaço privilegiado de formação**.
- Ressignificação do **papel do Coordenador Pedagógico** enquanto formador de professores e legitimação nacional ( PNE).
- Reconhecimento da **formação continuada** como uma atribuição das Equipes Técnicas
- **Adequações na estrutura** e funcionamento da formação continuada nas redes municipais.
- Construção progressiva da política pública de **formação continuada, articulada com a gestão da aprendizagem dos estudantes e o contexto profissional dos educadores**.
- Intervenções locais com o propósito de **inspirar o interjogo entre os municípios e o território**.
- Formação de **quadros profissionais que se responsabilizam pela gestão** da formação continuada no contexto da rede municipal
- **Consolidação de espaços coletivos** em busca de estratégias para solucionar, conjuntamente, as próprias dificuldades em prol da melhoria da qualidade da educação no âmbito local.

Desde 2006 que o informe do Progresso Educativo na América Latina (PREAL) já afirmava que para que todas as crianças recebam uma educação de qualidade todos os países devem realizar duas mudanças fundamentais em sua política educacional:

1. Converter o aprendizado de todos (estudantes, educadores, pais e comunidade) na principal medida do êxito da educação.
2. Fazer com que as escolas se responsabilizem frente aos cidadãos pelos sucessos dos objetivos educacionais

Creio que estamos investindo bastante no item 1, ainda que tenhamos muitos desafios pela frente, mas concentramos poucos esforços qualitativos no item 2.  
Obrigada!

Pontos outros salientados nas reflexões:

1. que é preciso pensar a longo prazo, as mudanças na transformação da educação e da cultura de um povo demora a se processar;
2. E evidente que a forma da condução do modelo do federalismos brasileiro, mais do que seus princípios e concepções, demonstraram fragilidades na distribuição mais igualitária dos recursos educacionais, fragilizaram os regimes de colaboração e de certa forma fortaleceram a ausência de participação do Estado, na medida, em que o mesmo, tendo em vista o estabelecimento de repasse de recurso direto ao municípios sem nenhum vínculo de co-responsabilidade com o Estado. O que também gerou uma ausência de incentivo entre os entes federados.
3. Já ressaltamos que a maior parte dos municípios dependem das associações com os entes federados. E preciso um novo regime de distribuição dos recursos fiscais na União.

Cybele Amado de Oliveira  
5 de dezembro de 2012